

Plano Diretor de Acessibilidade e Inclusão 2026

Consolidando a Transparência e a Inclusão
no Judiciário Baiano



Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI)

Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI)

Salvador, Bahia · 2026

Plano Diretor de Acessibilidade e Inclusão 2026

Consolidando a Transparência e a Inclusão
no Judiciário Baiano



Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI)

Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI)

Salvador, Bahia · 2026



Composição:

Composição da CPAI conforme Decreto Judiciário nº 197, de 6 de março de 2026, publicado em 09 de março de 2026

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI)		Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI)
Presidente Desembargador Rilton Góes Ribeiro Magistrados Mabile Machado Borba Maria do Rosário Passos da Silva Calixto Marielza Maués Pinheiro Lima Melissa Mayoral Pedroso Coelho Lukine Martins Lívia de Melo Barbosa Mariana Varjão Alves Evangelista	Servidores Viviane da Anunciação Souza Oliveira, Carla Santiago Jorge Medrado Júnior Desirée Brandão Müller Larissa da Silva Smeraldi Wilian de Novaes Coutinho, Bruno Bellas Prado Leoton Diordan Pereira do Nascimento Leonice Santos Salgado Debora Cerqueira Nobre de Sousa Felisberto Buriti de Sousa João Eudes Alves Ferreira Diva Maria de Jesus Roxinho Santos Moisés Bisesti de Queiroz José Romilson Mascarenhas Pedro Lúcio Silva Vivas Daniel Campos Carneiro Mehlem Rita de Cássia Casaes Araújo	Servidores Daniel Campos Carneiro Mehlem Maira Dantas Fernandes Itala Chaves Sampaio Limongi Estagiários Gabriela Silva Santos Bruno Silva de Santana Lays Christine de Paula Ayla Mikaele Matos dos Santos Marcos Filipe Santos de Carvalho Jean Carlos Nascimento

Sumário

BLOCO 1 — IDENTIDADE E FUNDAMENTAÇÃO

Folha de Rosto / Apresentação Institucional	Página 1-3
Composição da CPAI e NAI	Página 4
Apresentação do PDAI 2026	Página 7
Missão, Visão e Valores Institucionais	Página 8
Cadeia de Valor da CPAI e do NAI	Página 9
Governança: NAI e CPAI	Página 10
Análise SWOT 2025	Página 11
Metodologia PDCA	Página 12
As 5 Dimensões da Acessibilidade	Página 16

BLOCO 2 — INDICADORES DE ACESSIBILIDADE

Balanço do PDA 2024/2025: Ações Remanescentes para 2026	Página 13
Ações Remanescentes e Conclusão do Biênio 2024-2025	Páginas 14-15
Gestão de Acessibilidade e Inclusão	Páginas 17-18
Acessibilidade em Serviços	Páginas 19-21
Acessibilidade Comunicacional	Página 22
Acessibilidade Tecnológica	Páginas 23-24
Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística	Páginas 25-26

Sumário

BLOCO 3 — MONITORAMENTO E GOVERNANÇA

Monitoramento: Fundamento Normativo e Estrutura	Página 27
Dimensão 1: Gestão da Acessibilidade e Inclusão	Páginas 28-29
Dimensão 2: Acessibilidade em Serviços	Páginas 30-31
Dimensão 3: Acessibilidade Comunicacional	Página 32
Dimensão 4: Acessibilidade Tecnológica	Página 33
Dimensão 5: Acessibilidade Urbanística e Arquitetônica	Página 34
Sustentabilidade do Plano: Integração ao PLS-JUD 2026	Página 35
Projeção Financeira Consolidada	Páginas 36-37
Considerações Finais	Página 38

INTRODUÇÃO

Apresentação do PDAI 2026

O PDAI 2026 é o Plano Diretor de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal de Justiça da Bahia, elaborado pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) com o apoio técnico do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI). Este documento consolida o compromisso institucional do TJBA com a promoção de um Judiciário mais acessível, equitativo e inclusivo, em conformidade com a Resolução CNJ nº 401/2021 e suas atualizações. O plano aborda temas cruciais como a identidade e fundamentação estratégica (missão, visão e valores), apresenta uma análise SWOT dos avanços e desafios do biênio 2024-2025, estabelece objetivos estratégicos organizados por área, detalha a estrutura das 5 dimensões da acessibilidade (Gestão, Serviços, Comunicacional, Tecnológica e Arquitetônica/Urbanística), define um sistema de monitoramento por indicadores e inclui a projeção financeira para 2026. Institucionalmente, o PDAI 2026 representa a maturidade do TJBA na gestão da acessibilidade, integrando planejamento, governança e transparência em um único instrumento estratégico, alinhado ao PLS-JUD e ao Balanço de Sustentabilidade do Poder Judiciário.



Missão, Visão e Identidade Estratégica

Nossa Missão

Promover a acessibilidade no Poder Judiciário da Bahia por meio de ações e políticas que eduquem, engajem, conscientizem e a efetivem nos aspectos sociais, legais, ambientais e culturais, garantindo a inclusão e bem-estar de **todas as pessoas**.

Nossa Visão

Ser referência nacional na promoção da acessibilidade e inclusão no sistema judiciário, **reconhecida e apoiada pela sociedade** como modelo de excelência em transparência, inovação e humanização do serviço público.

Valores Institucionais

Os valores que norteiam todas as ações do PDAI 2026 refletem o compromisso profundo do TJBA com a transformação cultural e a efetivação dos direitos humanos no âmbito judiciário.



Acessibilidade

Garantia de autonomia, segurança e pleno exercício do direito de acesso à justiça para todas as pessoas, sem exceção.



Educação

Letramento contínuo em diversidade, capacitando servidores e magistrados para um atendimento verdadeiramente inclusivo.



Inovação

Tecnologia a serviço da inclusão, com soluções assistivas que ampliam a autonomia e a participação das pessoas com deficiência.



Empatia

Atendimento humanizado e sensível às necessidades individuais, reconhecendo a diversidade como riqueza institucional.



Anticapacitismo

Combate ativo e sistemático a preconceitos e estigmas, promovendo o protagonismo e a dignidade das pessoas com deficiência.



Transparência

Prestação de contas rigorosa à sociedade, garantindo que cada ação seja pública, auditável e orientada ao interesse coletivo.

Cadeia de Valor da CPAI e do NAI

A Cadeia de Valor da CPAI e do NAI integra processos estratégicos, táticos e operacionais para a execução da política de acessibilidade.

Processo de Gerenciamento

Monitorar a Execução da Estratégia

Processos Primários

Nível Estratégico

- Formular políticas institucionais de Acessibilidade
- Analisar e definir a Estratégia
- Propor modificações legislativas e normativos internos
- Analisar as metas anuais definidas nas atas de reunião da CPAI
- Definir diretrizes das Sessões Temáticas
- Manter relacionamento intersetorial
- Designar e acompanhar coordenadores de sessões temáticas

Nível Tático

- Supervisionar as ações do NAI
- Gerenciar as tarefas e projetos do NAI
- Organizar eventos e campanhas institucionais
- Registrar e encaminhar atividades para avaliação da CPAI
- Elaborar a Estratégia (Plano de Acessibilidade e PDA)
- Garantir a coerência entre Objetivos Estratégicos e execução
- Planejar e acompanhar as Reuniões da CPAI

Nível Operacional

- Executar campanhas e eventos institucionais
- Executar as ações das Sessões Temáticas
- Produzir materiais educativos
- Atender demandas operacionais internas
- Monitorar indicadores e acompanhar metas

Processos de Suporte

Atender demanda externa

Gerir frequência

Solicitar e receber material ou serviço

Elaborar atas, relatórios, memorandos e registros audiovisuais

Governança Institucional: Competências do NAI e da CPAI

A clareza na distribuição de competências entre as unidades responsáveis pela acessibilidade é requisito expresso da resolução 401/2021 do CNJ. O TJBA estrutura sua governança em dois órgãos complementares, garantindo a separação entre execução técnica e fiscalização deliberativa.

A rotatividade de membros na CPAI, evidenciada por diversas substituições via decretos judiciais ao longo tempo, foi identificada como fragilidade que compromete a retenção da memória institucional. Para mitigar este risco, o planejamento de 2026 formaliza processos de transição de gestão e fortalece o NAI como unidade técnica permanente, garantindo a continuidade das políticas independentemente das mudanças na composição do colegiado.

CPAI — COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Natureza: Órgão de fiscalização e deliberação

Instituída por: Decreto Judiciário nº 214/2018 (TJBA)

Competências principais:

- Aprovar o PDAI e suas revisões anuais
- Assegurar o cumprimento da Resolução CNJ nº 401/2021
- Fiscalizar a execução orçamentária das ações de acessibilidade
- Deliberar sobre parcerias com entidades externas PcD
- Validar o Checklist de Conformidade CNJ
- Reportar diretamente à Presidência do TJBA

NAI — NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Natureza: Unidade técnica e administrativa

Instituído por: Resolução nº 12/2023 (TJBA)

Competências principais:

- Executar o PDAI e coletar indicadores de desempenho
- Prestar assessoria técnica às comarcas do interior
- Coordenar a trilha de capacitação UNICORP
- Elaborar relatórios parciais e o Relatório Anual
- Monitorar a conformidade digital (eMAG/WCAG 2.1)
- Gerenciar o Portal de Acessibilidade

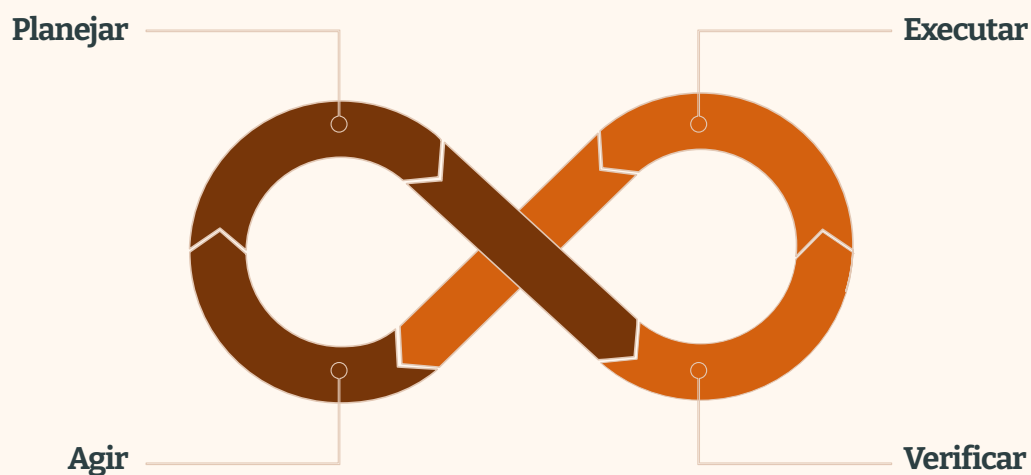
Análise SWOT 2025: Insumos para o Planejamento 2026

A Análise SWOT constitui o diagnóstico estratégico que fundamenta as escolhas do PDAI 2026. Ao mapear as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças do tribunal no campo da acessibilidade, este instrumento orienta a priorização de ações, a alocação de recursos e a definição de metas realistas. Sua elaboração é condição essencial para que o planejamento deixe de ser meramente normativo e passe a ser efetivamente orientado por evidências institucionais.

FORÇAS (Strengths): NAI e CPAI plenamente institucionalizados como unidades estratégicas do TJBA VLibras consolidado em 100% dos portais institucionais Programa de capacitação UNICORP com trilha de acessibilidade ativa (Projeto AMPARE integrado) Parceria com ENAP (Projeto Conexão Saber) operacional PDAI 2026 estruturado em 5 dimensões com metas quantificadas, cronogramas e responsáveis definidos Ciclo PDCA institucionalizado como metodologia de governança do plano	FRAQUEZAS (Weaknesses): Índice de acessibilidade comunicacional em eventos: 53,91% (meta: 70%) Reforma do Regimento Interno do NAI com apenas 50% de execução (ação remanescente 1.1) Portal de Acessibilidade com 50% de implementação (ação remanescente 1.4) Taxa de capacitação em Libras: 0% no quadro de pessoal em 2024 — recuperação parcial em 2025 (62 servidores) Integração de recursos assistivos no PJe/Projudi ainda incompleta (ação remanescente 1.3)
OPORTUNIDADES (Opportunities): Portaria CNJ nº 468/2025 cria incentivo direto via Ranking da Transparência 2026 Decreto Judiciário nº 374/2025 institui o Selo "Edificação 100% Acessível" Projeto "Além das Barreiras" com 121 melhorias físicas previstas para 2026 Referências de boas práticas de outros tribunais (TJRJ, TJMT, TJES) disponíveis para adoção	AMEAÇAS (Threats): Restrições orçamentárias podem atrasar obras de adequação física nas comarcas do interior Rotatividade de servidores capacitados reduz o impacto das formações em Libras e acessibilidade Complexidade técnica da certificação eMAG/WCAG 2.1 nos sistemas legados (PJe/Projudi) Dependência de licitações para aquisição de hardware assistivo (impressoras Braille, softwares)

Metodologia: O Ciclo PDCA no PDAI 2026

A implementação das ações em 2026 é regida por uma estrutura de governança moderna. O ciclo **PDCA (Plan, Do, Check, Act)** assegura a melhoria contínua e a correção rápida de rumos, convertendo cada investimento em inclusão efetiva e mensurável.



Este ciclo contínuo garante que nenhuma ação fique sem monitoramento e que os desvios sejam identificados e corrigidos antes de impactarem na eficiência do plano.

Balanço do PDA 2024/2025: Ações Remanescentes para 2026

O Plano Diretor Anual (PDA) 2024/2025, elaborado pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) do TJBA, estabeleceu 7 macroáreas de atuação: Reestruturação Orgânica, Reestruturação Física, Revisão dos Aspectos Institucionais, Revisão dos Aspectos Comunicacionais, Revisão dos Aspectos do Conhecimento, Revisão dos Aspectos do Desempenho e Revisão dos Aspectos de Tecnologia. O ciclo 2024/2025 representou a fundação estrutural sobre a qual o PDAI 2026 se ergue. O ciclo encerrou com um percentual global de cumprimento de 75% do total das ações planejadas — resultado expressivo para um primeiro biênio de estruturação —, ainda assim, diversas ações não atingiram 100% de execução, sendo transportadas para o presente exercício como compromissos prioritários, em observância ao Art. 7º, inciso II, da Resolução CNJ nº 401/2021, que exige transparência sobre passivos de execução.

As páginas seguintes detalham cada ação remanescente com seus respectivos cronogramas, unidades responsáveis e estimativas financeiras para o exercício de 2026, garantindo a rastreabilidade e a continuidade do compromisso institucional com a acessibilidade plena no Poder Judiciário da Bahia.



Ações Remanescentes e Conclusão do Biênio 2024-2025

Esta tabela unifica todas as ações que não atingiram 100% de execução no biênio 2024-2025, garantindo a transparência e a responsabilidade orçamentária exigidas pelo Art. 7º, inciso II, da Resolução CNJ nº 401/2021. A execução destas ações é condição sine qua non para a eficiência do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) e para a conformidade sistêmica exigida pelos órgãos de controle. O monitoramento será realizado mensalmente através de reuniões de análise estratégica da CPAI, assegurando que nenhum passivo seja transportado para o exercício subsequente.

Ação	Objetivo	Meta	Cronograma 2026	Unidade Responsável	Recursos Necessários
1.1 Reestruturação Orgânica e Regimental	Concluir a alteração do Regimento Interno para integrar as novas atribuições do NAI (pendência de 50%)	Aprovação e publicação da nova estrutura regimental	01/02/2026 a 31/07/2026	CPAI e Presidência	Sem custo adicional - assessoria jurídica e sessões plenárias do TJBA
1.2 Capacitação Técnica da Unidade de TI e SECOM	Sanar a lacuna de capacitação em normas de acessibilidade digital	Treinar 10% do corpo técnico de TI e SECOM em normas eMAG e WCAG	01/03/2026 a 30/08/2026	UNICORP, SETIM e SECOM	R\$ 48.000,00 (contratação de instrutoria externa especializada em eMAG 3.1 e WCAG 2.1 — UNICORP/SETIM/SECOM)
1.3 Integração de Recursos Assistivos (PJe/Projudi) e Portais do Site institucional	Garantir a navegabilidade semântica para leitores de tela em sistemas judiciais	PJe/Projudi e Portais do site institucional 100% navegáveis por leitor de tela (NVDA)	01/01/2026 a 30/11/2026	SETIM	R\$ 90.000,00 Analistas de UX e equipe de testes de usabilidade

Ações Remanescentes e Conclusão do Biênio 2024-2025 (continuação)

Ação	Objetivo	Meta	Cronograma 2026	Unidade Responsável	Recursos Necessários
1.4 Implementação de Portais para CAA	Finalizar a adaptação de portais para Comunicação Aumentativa e Alternativa (pendência de 25%)	Portais 100% adaptados para usuários de tecnologia assistiva CAA	15/01/2026 a 31/07/2026	SETIM	Sem custo adicional - Analistas de sistemas e softwares assistivos
1.5 Instalação de Sinalização Tátil e Sonora	Sanar a ausência de placas em Braille e alertas sonoros em elevadores e acessos	100% de conformidade na sinalização NBR 9050 em unidades prioritizadas	01/03/2026 a 15/12/2026	SEAD	Custo Plano de Obras - Materiais de sinalização e sinalizadores sonoros
1.6 Estudo Técnico para Impressão em Braille	Concluir o estudo para viabilizar a produção de documentos físicos em Braille (pendência de 50%)	Estudo técnico finalizado para aquisição de impressoras Braille	01/02/2026 a 30/06/2026	SETIM	R\$ 40.000,00 - Pesquisa de mercado e especificações técnicas
1.7 Subtitulação em Vídeos Institucionais	Elevar o índice de vídeos com legendas e recursos assistivos	75% dos vídeos institucionais produzidos com subtitulação	01/01/2026 a 31/12/2026	SECOM	R\$ 25.000,00 - Licença d Softwares de edição e pessoal especializado



Estrutura do PDAI 2026: As 5 Dimensões da Acessibilidade

A política de acessibilidade do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia é estruturada em cinco dimensões estratégicas, conforme o diagnóstico previsto no Artigo 33 da Resolução CNJ nº 401/2021. Este Plano Diretor de Acessibilidade e Inclusão 2026 (PDAI 2026) visa integrar ações pedagógicas, urbanísticas e tecnológicas para assegurar a autonomia plena de pessoas com deficiência.

1. **Gestão de Acessibilidade e Inclusão:** Governança e monitoramento da representatividade funcional.
2. **Acessibilidade em Serviços:** Qualificação do atendimento e capacitação do corpo funcional.
3. **Acessibilidade Comunicacional:** Garantia da recepção e emissão de mensagens sem barreiras sensoriais.
4. **Acessibilidade Tecnológica:** Inclusão digital em sistemas, portais e ferramentas de TI.
5. **Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística:** Adequação física e segurança dos espaços judiciais.

O PDAI 2026 deixa de ser um documento descritivo para tornar-se um instrumento de cobrança de resultados, com metas quantificadas, cronogramas definidos e responsáveis identificados para cada ação, em conformidade com o Art. 7º, inciso II da Resolução CNJ nº 401/2021.

Todos os indicadores apontados no presente planejamento foram utilizados tendo como base o conjunto de indicadores criados pela resolução 401/2021 do CNJ descritos no anexo da referida Resolução.

ÁREA 1 — GESTÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Gestão de Acessibilidade e Inclusão

Esta área compreende o planejamento administrativo e o acompanhamento dos quadros de pessoal e auxiliar para assegurar a representatividade e a inclusão laboral.

Ação	Objetivo	Meta	Cronograma (Início/Fim)	Unidade Responsável	Recursos Necessários
2.1 Monitoramento do Quadro de Pessoal e Auxiliar PcD	Assegurar a correta apuração dos indicadores de representatividade e (Indicadores 1.1 a 1.11: Magistrados, Servidores e Auxiliares PcD)	Manter conformidade dos Indicadores 1.1 a 1.11	02/01/2026 a 31/12/2026	SEGESP e NAI	Sem custo adicional - Sistemas de RH e pessoal técnico
2.2 Revisão e Consulta Individualizada do Cadastro (Art. 14)	Identificar necessidades de adaptação para a plena inclusão laboral	Realizar a revisão anual detalhada e consulta individualizada do cadastro PcD	01/03/2026 a 30/06/2026	SEGESP	Sem custo adicional - equipe multiprofissional e formulários

ÁREA 1 — GESTÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Gestão de Acessibilidade e Inclusão (continuação)

Ação	Objetivo	Meta	Cronograma (Início/Fim)	Unidade Responsável	Recursos Necessários
2.3 Recadastramento do Quadro Auxiliar e Externo	Mapear a inclusão de colaboradores em regime de apoio e serventias (Indicadores 1.5 a 1.9)	Cumprir os indicadores 1.5 (Estagiários), 1.6 (Terceirizados), 1.7 (Conciliadores), 1.8 (Juizes Leigos) e 1.9 (Serventias)	01/02/2026 a 30/11/2026	SEGESP e SEAD	R\$ 8.000,00 (sistemas de RH e fiscalização de contratos — SEAD/SEGESP)
2.4 Gestão de Voluntariado e Aprendizagem Inclusiva	Assegurar o acompanhamento de novos ingressantes vulneráveis (Indicadores 1.10 e 1.11)	Cumprir os indicadores 1.10 (Voluntários) e 1.11 (Aprendizes)	01/01/2026 a 31/12/2026	SEGESP	Sem custo adicional - Banco de dados de programas sociais
2.5 Protocolo de Retenção de Memória Institucional	Formalizar manuais de gestão para os membros da CPAI e NAI, garantindo continuidade das políticas independentemente das mudanças na composição do colegiado	Manual de Governança publicado e atualizado anualmente	01/03/2026 a 30/08/2026	CPAI	R\$ 5.000,00 - Equipe técnica e analistas de gestão

ÁREA 2 — ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

Acessibilidade em Serviços

Área focada na prestação de serviços jurisdicionais acessíveis e na qualificação técnica do corpo funcional.

Ação	Objetivo	Meta	Cronograma (Início/Fim)	Unidade Responsável	Recursos Necessários
3.1 Educação Continuada e Letramento Anticapacitista (Projeto AMPARE integrado)	Capacitar o tribunal para o atendimento inclusivo	Capacitar 10% do quadro ativo (Indicadores 2.1 e 2.2) e 5% em Libras (Indicador 2.5)	01/02/2026 a 15/12/2026	UNICORP e NAI	R\$ 95.000,00 (Programa de Imersão em Libras — instrutores e plataforma EAD gamificada — UNICORP)
3.2 Especialização de Gestores e Unidades Técnicas	Capacitar líderes e técnicos (TI/Engenharia/SECOM) em normas de acessibilidade	Treinar 10% dos técnicos e atingir a meta de gestores capacitados (Indicadores 2.7 a 2.10)	01/03/2026 a 30/11/2026	UNICORP, SEAD, SETIM E SECOM	R\$ 48.000,00 (workshops técnicos e manuais eMAG/ABNT)
3.3 Ciclo de Sensibilização e Promoção Social	Fomentar a mudança de mentalidade para redução do preconceito institucional	Realizar ao menos 5 ações de sensibilização e 10 de promoção social (Indicadores 2.11 e 2.12)	01/01/2026 a 31/12/2026	SECOM e CPAI	R\$ 12.000,00 (materiais educativos e dotação para eventos — Projeto "Justiça que Sente")

ÁREA 2 — ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

Acessibilidade em Serviços (continuação 1)

Ação	Objetivo	Meta	Cronograma (Início/Fim)	Unidade Responsável	Recursos Necessários
3.4 Monitoramento de Proficiência em Libras	Garantir servidores aptos para comunicação básica	Cumprir os indicadores 2.5 (Servidores) e 2.6 (Quadro Auxiliar)	01/03/2026 a 15/12/2026	UNICORP	Sem custo adicional (fiscalização contratual) - Cursos de Libras e material didático
3.5 Gestão de Contratos de Atendimento (Art. 8º)	Assegurar comunicação plena em postos de atendimento externo	Manter conformidade e de 100% nos contratos providos por pessoas aptas em Libras (Indicador 2.13)	01/01/2026 a 31/12/2026	SEAD	Sem custo adicional - Fiscalização contratual e intérpretes
3.6 Oficina de Atendimento à Neurodiversidade	Qualificar pessoas das recepção, portaria, brigadista de incêndio e limpeza para atendimento de pessoas com todos os tipos de deficiências	Capacitar 5% dos servidores de atendimento ao público	01/04/2026 a 30/09/2026	UNICORP / CPAI / SEAD	R\$ 25.000,00 - Instrutoria especializada e manuais de bolso

ÁREA 2 — ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

Acessibilidade em Serviços (continuação 2)

Ação	Objetivo	Meta	Cronograma (Início/Fim)	Unidade Responsável	Recursos Necessários
3.7 Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Deficiência	Garantir que magistrados e unidades judiciárias observem as nuances da condição da pessoa com deficiência durante o rito processual e na prolação de decisões, assegurando o andamento prioritário previsto em lei	Treinar 10% dos assessores e 10% dos magistrados via UNICORP	01/03/2026 a 30/11/2026	UNICORP / CPAI	R\$ 15.000,00 - Material didático especializado

O TJBA busca, através dessas ações, não apenas o cumprimento normativo, mas a humanização do atendimento, reconhecendo a diversidade como riqueza institucional e direito inalienável do cidadão. A meta para 2026 é superar o patamar de 25% de servidores treinados em acessibilidade geral, atingir os 5% em Libras (Indicador 2.4 — QLibrasServ) e disponibilizar no mínimo 3.500 vagas em cursos temáticos.

ÁREA 3 — ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

Acessibilidade Comunicacional

Assegura que toda a produção de conteúdo e eventos institucionais sejam acessíveis a todos os tipos de deficiência sensorial.

Ação	Objetivo	Meta	Cronograma (Início/Fim)	Unidade Responsável	Recursos Necessários
4.1 Produção de Conteúdo Audiovisual Acessível	Garantir o acesso à informação através de múltiplos formatos assistivos	Manter conformidade nos indicadores 3.1 (Vídeos com Libras/AD) e 3.2 (Matérias jornalísticas acessíveis)	01/01/2026 a 31/12/2026	SECOM	Sem custo adicional - Softwares de edição e editores de AD/legendas
4.2 Acessibilidade em Eventos e Ouvidoria	Prover recursos assistivos em tempo real e Linguagem Simples e audiodescrição	Atingir índice de eventos acessíveis (3.4) superior a 0,79 e cumprir o Indicador 3.3 (Ouvidoria acessível)	01/01/2026 a 31/12/2026	CERIMONIAL e Ouvidoria	Sem custo adicional - Intérpretes de Libras e técnicos em audiodescrição
4.3 Inventário de Mídias Institucionais	Contabilizar a produção de vídeos e notícias em formatos acessíveis	Cumprir os indicadores 3.1 (Vídeos com Libras/AD) e 3.2 (Matérias acessíveis)	01/01/2026 a 31/12/2026	SECOM	Sem custo adicional - Softwares de edição e pessoal de AD/legendas

ÁREA 4 — ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

Acessibilidade Tecnológica

Eliminação de barreiras em sistemas, portais e ferramentas de tecnologia da informação.

Ação	Objetivo	Meta	Cronograma (Início/Fim)	Unidade Responsável	Recursos Necessários
5.1 Auditoria e Governança de Acessibilidade Digital	Assegurar a conformidade técnica dos portais (Art. 2º, §2º)	Realizar monitoramento mensal através dos validadores ASES e AccessMonitor (Indicador 4.1)	01/01/2026 a 31/12/2026	SETIM	R\$ 15.000,00 (analistas de dados e ferramentas de diagnóstico — ASES/AccessMonitor — fluxo contínuo em 2026)
5.2 Manutenção de Tecnologias Assistivas e Sistemas	Prover autonomia aos usuários PcD no ambiente digital e processual (Art. 5º)	Manter os 12 recursos do Indicador 4.2	01/01/2026 a 31/12/2026	SETIM e NAI	R\$ 65.000,00 (licenças anuais: Rybená, JAWS, sintetizadores — 01/01/2026 a 31/03/2026)
5.3 Censo e Manutenção de Tecnologia Assistiva	Prover softwares e programas para uso por pessoas com deficiência	Cumprir os indicadores 4.2 (Recursos para PcD Visual) e 4.3 (Videoconferência acessível)	01/01/2026 a 31/12/2026	SETIM	R\$ 22.000,00 (softwares de interface e analistas de sistemas - Expansão de Portais para CAA)

ÁREA 4 — ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

Acessibilidade Tecnológica (continuação)

Ação	Objetivo	Meta	Cronograma (Início/Fim)	Unidade Responsável	Recursos Necessários
5.4 Legenda em Tempo Real (Audiências)	Garantir acessibilidade comunicacional em sessões plenárias e audiências para pessoas com deficiência auditiva	Licitação de serviços de tradução simultânea para sessões plenárias — cobertura de eventos	01/03/2026 a 31/12/2026	SETIM / SEJUD / SECOM	R\$ 90.000,00 (incluso nos Serviços de Intérprete e AD) - Contratação de serviços especializados de legendagem

ÁREA 5 — ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA

Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística

Trata da remoção de barreiras físicas e da segurança dos ambientes judiciários. I

Ação	Objetivo	Meta	Cronograma (Início/Fim)	Unidade Responsável	Recursos Necessários
6.1 Projeto Além das Barreiras e Mobiliário (Art. 4, IX)	Executar adequações estruturais e garantir mobiliário adequado conforme desenho universal	Executar melhorias físicas. O TJBA assegura o cumprimento integral das normas técnicas correlatas através de monitoramento contínuo pela SEAD/NAI	01/01/2026 a 31/12/2026	SEAD	Orçamento para obras civis e plataformas elevatórias
6.2 Sinalização Tátil, Sonora e Vagas (Art. 6º)	Garantir a circulação independente e a reserva legal de estacionamento	Instalar sinalização em Braille/Sonora e monitorar o cumprimento de 2% das vagas reservadas	01/03/2026 a 30/11/2026	SEAD	Materiais de sinalização NBR 9050

ÁREA 5 — ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA

Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística

(continuação)

Ação	Objetivo	Meta	Cronograma (Início/Fim)	Unidade Responsável	Recursos Necessários
6.3 Vistorias Prediais e Adaptação de Mobiliário	Garantir que os espaços e móveis atendam ao desenho universal (NBR 9050)	Executar melhorias estruturais e assegurar mobiliário acessível conforme normas da SEAD	01/01/2026 a 31/12/2026	SEAD	Orçamento para obras civis e mobiliário
6.4 Segurança e Acesso Urbanístico (Art. 4 e 21)	Facilitar o acesso externo e garantir a evacuação segura em urgências	Manter protocolos de segurança atualizados e promover articulação para o transporte público	01/01/2026 a 31/12/2026	SEAD	SEAD e coordenação intersetorial

10. Indicadores de Monitoramento: Fundamento Normativo e Estrutura

BLOCO 3 — MONITORAMENTO E GOVERNANÇA

O monitoramento das ações de acessibilidade e inclusão do TJBA é estruturado com base na Resolução CNJ nº 401/2021, atualizada pelas Resoluções nº 537/2023, nº 549/2024 e nº 561/2024 — principal marco regulatório nacional para a política de acessibilidade no Poder Judiciário. A eficácia do PDAI 2026 está vinculada à coleta sistemática de dados, realizada de forma contínua com metas voltadas ao alcance e à manutenção do alto índice de conformidade técnica. Os indicadores, organizados em cinco dimensões pelo Anexo da Resolução CNJ nº 401/2021, são apurados anualmente e informados via sistema corporativo do CNJ, compondo o Balanço da Acessibilidade do Poder Judiciário. Os dados serão integrados aos painéis de Business Intelligence (BI) do tribunal para permitir correções de rumo em tempo real.

Dimensão 1: Gestão da Acessibilidade e Inclusão

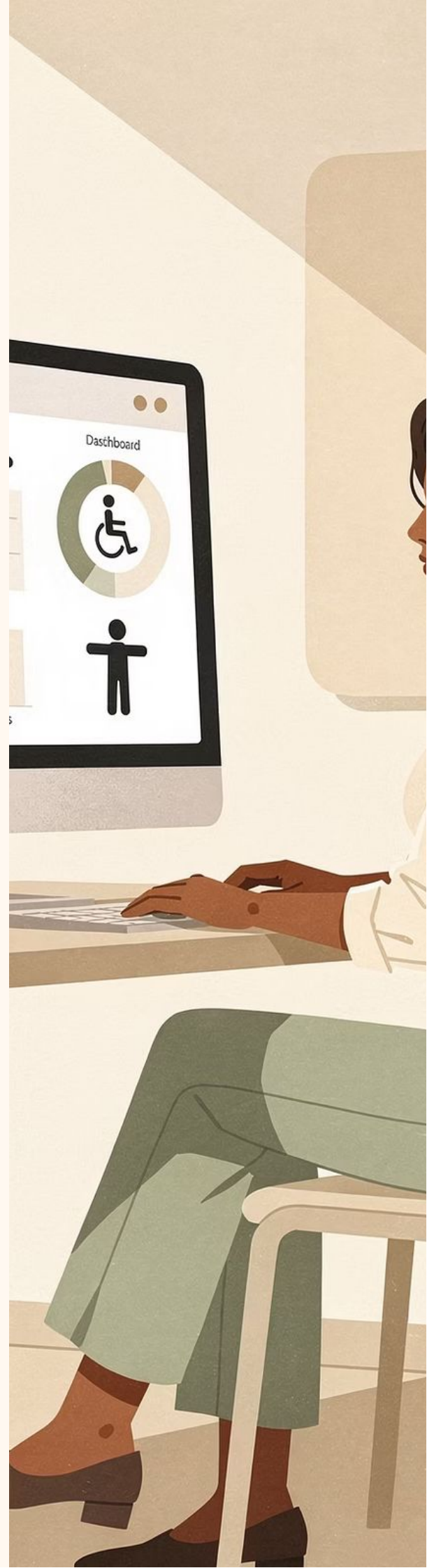
Dimensão 2: Acessibilidade em Serviços

Dimensão 3: Acessibilidade Comunicacional

Dimensão 4: Acessibilidade Tecnológica

Dimensão 5: Acessibilidade Urbanística e Arquitetônica

Para fins de padronização, todos os indicadores apresentados neste PDAI possuem um **período de apuração anual, com monitoramento trimestral**.



BLOCO 3 — MONITORAMENTO E GOVERNANÇA

Dimensão 1: Gestão da Acessibilidade e Inclusão

Esta dimensão monitora a representatividade das pessoas com deficiência (PCD) em todos os níveis da força de trabalho do órgão, servindo de base para o planejamento de condições especiais de trabalho e adequações ergonômicas.

Variável / Indicador	Definição do Indicador	Unidade de Medida	Fonte do Dado
1.1 MagP(PCD)	Magistrados(as) ou conselheiros com deficiência no órgão.	Magistrados	SEGESP / RH
1.2 TPEft/TPI(PCD)	Servidores(as) efetivos, cedidos ou requisitados com deficiência.	Servidores	SEGESP / RH
1.3 TPSV (PCD)	Servidores exclusivamente comissionados com deficiência.	Servidores	SEGESP / RH
1.4 TPFC (PCD)	Servidores efetivos em funções de confiança com deficiência.	Servidores	SEGESP / RH
1.5 TFAuxE (PCD)	Estagiários(as) com deficiência no órgão.	Estagiários	SEGESP / NAI
1.6 TFAuxT (PCD)	Trabalhadores terceirizados com deficiência.	Trabalhadores	SEAD
1.7 TFAuxC (PCD)	Conciliadores(as) com deficiência.	Conciliadores	NUPEMEC
1.8 TFAuxJL (PCD)	Juízes(as) leigos(as) com deficiência.	Juízes Leigos	COJE

Dimensão 1: Gestão da Acessibilidade e Inclusão (continuação)

Variável / Indicador	Definição do Indicador	Unidade de Medida	Fonte do Dado
1.9 TFauxSP (PCD)	Trabalhadores com deficiência em serventias privatizadas.	Trabalhadores	CGJ
1.10 TFAuxV (PCD)	Voluntários(as) com deficiência lotados no órgão.	Voluntários	SEGESP
1.11 TFAuxApr(PCD)	Aprendizes com deficiência (Lei 10.097/2000).	Aprendizes	SEGESP

Não se aplica fórmula de cálculo por tratar-se de dado de contagem simples.

BLOCO 3 — MONITORAMENTO E GOVERNANÇA

Dimensão 2: Acessibilidade em Serviços

Focada na qualificação do atendimento e na eliminação de barreiras atitudinais. A meta central para 2026 é atingir o mínimo de 5% do quadro de pessoal capacitado em Libras e ampliar o letramento geral em acessibilidade.

Variável / Indicador	Definição e Meta 2026	Fórmula de Cálculo	Responsável
2.1 Proporção de Capacitados	Meta: > 25% do quadro total capacitado.	QS1+QS2/Serv	UNICORP
2.2 Oferta de Cursos	Realizar no mínimo 12 cursos temáticos diferentes.	Contagem	UNICORP
2.3 Oferta de Vagas	Disponibilizar no mínimo 3.500 vagas no ano-base.	Somatório	UNICORP
2.4 QLibrasServ	Meta: 5% do quadro efetivo capacitado em Libras.	Contagem	UNICORP
2.5 QLibrasAux	Meta: 2% do quadro auxiliar capacitado em Libras.	Contagem	UNICORP
2.6 Gestores Capacitados	Meta: > 15% dos cargos de chefia capacitados.	QGc/QGt	UNICORP
2.7 Capacitação em RH	Treinar 100% da equipe de suporte psicossocial.	Contagem	SEGESP / Saúde
2.8 Capacitação em TI	Treinar 100% dos desenvolvedores em normas eMAG.	Contagem	SETIM
2.9 Capacitação Eng/Arq	Treinar 100% dos técnicos em normas NBR 9050.	Contagem	SEAD

Dimensão 2: Acessibilidade em Serviços (continuação)

Variável / Indicador	Definição e Meta 2026	Fórmula de Cálculo	Responsável
2.10 Sensibilização	Realizar no mínimo 20 ações (palestras/campanhas).	Quantidade	CPAI / NAI
2.11 Promoção Inclusão	Realizar no mínimo 10 eventos sociais inclusivos.	Quantidade	NAI
2.12 Contratos Libras	Manter 100% dos postos externos aptos em Libras.	QCLibras/QCt	SEAD

BLOCO 3 — MONITORAMENTO E GOVERNANÇA

Dimensão 3: Acessibilidade Comunicacional

Garante que a informação pública e os atos oficiais não encontrem barreiras sensoriais. Em 2026, o TJBA adotará checklists rigorosos para assegurar que eventos institucionais sejam acessíveis desde a fase de planejamento.

Variável / Indicador	Definição do Indicador	Meta 2026	Responsável
3.1 VAcess	Vídeos produzidos com AD, Libras e Legenda.	100%	SECOM
3.2 MAcess	Matérias jornalísticas em formato acessível.	100%	SECOM
3.3 Ouvidoria	Canais alternativos de comunicação na Ouvidoria.	Sim	Ouvidoria
3.4 Eventos Acessíveis	Proporção de eventos com recursos assistivos.	> 85% (QEAc/QEt)	CERIMONIAL

BLOCO 3 — MONITORAMENTO E GOVERNANÇA

Dimensão 4: Acessibilidade Tecnológica

Trata da conformidade dos sistemas Web e da provisão de softwares que garantam a autonomia do usuário no ambiente digital e processual.

Variável / Indicador	Definição do Indicador	Situação / Meta	Responsável
4.1 Validação Digital	Uso de programas para avaliar acessibilidade web.	Sim (ASES / AccessMonitor)	SETIM
4.2 Assistiva Visual	Fornecimento de leitores de tela e contrastes.	100% dos 12 recursos	SETIM
4.3 Videoconferência	Recursos assistivos em softwares de reunião.	Disponível (MS Teams)	SETIM

BLOCO 3 — MONITORAMENTO E GOVERNANÇA

Dimensão 5: Acessibilidade Urbanística e Arquitetônica

Embora a mensuração oficial do CNJ seja quinquenal, o tribunal manterá o monitoramento anual por meio do Projeto 'Além das Barreiras', vinculando a adequação física aos requisitos da NBR 9050.

Critério Técnico	Descrição da Meta 2026	Responsável
5.1 Rota Acessível	Garantir trajeto sinalizado da entrada até o balcão.	SEAD
5.2 Reserva de Vagas	Manter 2% de vagas sinalizadas em todas as unidades.	SEAD
5.3 Mobiliário Acessível	Adaptar balcões e mesas conforme desenho universal.	SEAD
5.4 Sinalização Tátil	Expandir sinalização em Braille e piso tátil nos fóruns.	SEAD

12. Sustentabilidade do Plano: Integração ao PLS-JUD 2026

O PDAI como Componente do Planejamento Estratégico

A sustentabilidade do PDAI 2026 é assegurada pela sua integração ao **Plano de Logística Sustentável do Judiciário (PLS-JUD 2026)** e ao planejamento estratégico institucional do TJBA. A acessibilidade, estruturada nas **5 dimensões oficiais (Gestão, Serviços, Comunicação, Tecnologia e Arquitetura/Urbanística)** da Resolução CNJ nº 401/2021, é tratada como componente transversal — não como projeto isolado, mas como diretriz que permeia todas as decisões de gestão.

A articulação contínua entre as secretarias e o engajamento direto da CPAI garantem que cada ação seja financeiramente sustentada e tecnicamente viável.

Pilares de Sustentabilidade

- Dotação orçamentária vinculada
- Integração ao Plano de Compras
- Metas no Planejamento Estratégico
- Relatório anual obrigatório (CNJ)
- Controle social via portal público

Integração Estratégica: ODS e PLS-Jud

A sustentabilidade do PDAI 2026 é garantida pela sua perfeita simetria com o Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário (PLS-Jud) e com a Agenda 2030 da ONU. A acessibilidade deixa de ser vista como um custo isolado para tornar-se uma estratégia de eficiência operacional e justiça social. As metas de 2026 estão vinculadas diretamente ao ODS nº 10 (Redução das Desigualdades), ao promover o protagonismo de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e no serviço público, e ao ODS nº 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), ao remover barreiras que dificultam o exercício pleno da cidadania. A utilização de painéis de BI para o monitoramento em tempo real dos indicadores permitirá que o tribunal corrija desvios orçamentários ou operacionais antes do fechamento do Relatório Anual. A aplicação da Metodologia PDCA (Plan-Do-Check-Act) será o motor dessa integração. A etapa 'Check' (Verificar) será realizada através de auditorias internas trimestrais, que produzirão o Relatório Sintético de Acessibilidade (RSA). Este documento permitirá à CPAI validar se os recursos financeiros estimados estão sendo convertidos em melhorias tangíveis na percepção do usuário final, especialmente na navegabilidade dos sistemas judiciais e no atendimento inclusivo.

Projeção Financeira Consolidada — PDAI 2026

Um dos requisitos mais críticos do Artigo 7º da Resolução 401 é a estimativa financeira das ações. Para o exercício de 2026, o tribunal projeta um investimento equilibrado que permite a modernização tecnológica sem comprometer o equilíbrio orçamentário. Os valores abaixo baseiam-se em contratos vigentes e pesquisas de mercado.

Ação	Justificativa Econômica	Estimativa R\$
Recadastramento do Quadro Auxiliar e Externo	Sistemas de RH e fiscalização de contratos (SEGESP)	R\$ 8.000,00
Protocolo de Retenção de Memória Institucional	Equipe técnica e analistas de gestão (CPAI)	R\$ 5.000,00
Educação Continuada e Letramento em Libras (Projeto AMPARE)	Instrutores e plataforma EAD (UNICORP)	R\$ 95.000,00
Especialização de Gestores e Unidades Técnicas	Workshops técnicos e manuais eMAG/ABNT (UNICORP/SEAD/SETIM)	R\$ 48.000,00
Ciclo de Sensibilização e Promoção Social	Materiais educativos e dotação para eventos — Projeto "Justiça que Sente" (SECOM/CPAI)	R\$ 12.000,00
Oficina de Atendimento à Neurodiversidade	Instrutoria especializada e manuais de bolso (UNICORP/CPAI)	R\$ 25.000,00
Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Deficiência	Material didático especializado (UNICORP/CPAI)	R\$ 15.000,00
Auditoria e Governança de Acessibilidade Digital	Analistas de dados e ferramentas ASES/AccessMonitor (SETIM)	R\$ 15.000,00
Manutenção de Tecnologias Assistivas e Sistemas	Licenças anuais: Rybená, JAWS, sintetizadores (SETIM/NAI)	R\$ 65.000,00

Projeção Financeira Consolidada — PDAI 2026 (continuação)

Macroação	Justificativa Econômica	Estimativa R\$
Censo e Manutenção de Tecnologia Assistiva	Softwares de interface e analistas de sistemas — Expansão de Portais para CAA (SETIM)	R\$ 22.000,00
Legenda em Tempo Real em Audiências	Contratação de serviços especializados de legendagem — eventos anuais (SETIM/SEJUD/SECOM)	R\$ 90.000,00
Projeto Além das Barreiras e Mobiliário	Reformas civis, plataformas elevatórias e mobiliário acessível (SEAD)	R\$ 320.000,00
Capacitação Técnica da Unidade de TI (Remanescente)	Instrutoria externa especializada em eMAG 3.1 e WCAG 2.1 (UNICORP/SETIM)	R\$ 48.000,00
Integração de Recursos Assistivos PJe/Projudi e Portais (Remanescente)	Analistas de UX e equipe de testes de usabilidade (SETIM)	R\$ 90.000,00
Estudo Técnico para Impressão em Braille (Remanescente)	Pesquisa de mercado e especificações técnicas (SEAD/SECOM)	R\$ 40.000,00
Subtitulação em Vídeos Institucionais (Remanescente)	Licença de softwares de edição e pessoal especializado (SECOM)	R\$ 25.000,00
TOTAL ESTIMADO PARA 2026	—	R\$ 923.000,00

Esta estimativa será formalizada no Plano Anual de Compras (PAC) 2026, com reserva de dotação nas rubricas de manutenção predial, treinamento de pessoal e licenciamento de softwares.

Considerações Finais: Acessibilidade como Valor em Movimento

O Tribunal de Justiça da Bahia reafirma, por meio deste documento, que a acessibilidade é um valor em movimento. Ao integrar as ações remanescentes do biênio anterior com as inovações tecnológicas de 2026, a instituição posiciona-se na vanguarda do Poder Judiciário brasileiro, garantindo que o direito de acesso à justiça seja exercido por todos os cidadãos de forma autônoma, digna e plenamente transparente.

A revisão do Plano Diretor de Acessibilidade e Inclusão 2026 do TJBA materializa a transição definitiva para uma gestão pública pautada pela transparência e inclusão, estruturada em cinco dimensões fundamentais: Gestão de Acessibilidade e Inclusão, Acessibilidade em Serviços, Acessibilidade Comunicacional, Acessibilidade Tecnológica e Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística. A metodologia de governança adotada, baseada no Ciclo PDCA, assegura que cada etapa do planejamento seja devidamente monitorada, avaliada e aprimorada sistematicamente.

Este plano consolida as ações remanescentes do biênio 2024-2025, que incluem a reestruturação orgânica, capacitação técnica da equipe de TI em eMAG e WCAG, integração de recursos assistivos no PJe/Projudi, melhoria dos Portais CAA, adequações de sinalização tátil e sonora, estudo técnico para impressão em Braille e subtitulação de vídeos. Tais iniciativas, integradas ao PLS-JUD 2026, encontram respaldo na projeção financeira de R\$ 923.000,00, essencial para viabilizar as entregas previstas.

O foco nos Indicadores do Checklist de Conformidade CNJ atua como mecanismo central para garantir a eficácia deste PDAI. A CPAI, através do Relatório Sintético de Acessibilidade (RSA) produzido trimestralmente por meio de auditorias internas, terá as ferramentas necessárias para validar se os recursos estimados estão sendo convertidos em melhorias tangíveis na percepção do usuário final. A acessibilidade não é uma concessão do Estado, mas a ferramenta que torna a justiça verdadeiramente universal. Um tribunal acessível é, por definição, um tribunal justo.